

Título do capítulo	CAPÍTULO 9 EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO SOBRE A FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA DO NÚCLEO DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA: O CASO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA
Autores(as)	Flávio Berté Bolívar Pêgo (Moderador)
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap9

Título do livro	FRONTEIRAS DO BRASIL: UMA AVALIAÇÃO DO ARCO SUL
Organizadores(as)	Bolívar Pêgo Rosa Moura Maria Nunes Caroline Krüger Paula Moreira Gustavo Ferreira
Volume	5
Série	Fronteiras do Brasil
Cidade	Rio de Janeiro
Editora	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea)
Ano	2020
Edição	1ª
ISBN	978-65-5635-007-3
DOI	DOI: http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – ipea 2020

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos). Acesse: <http://www.ipea.gov.br/portal/publicacoes>

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério da Economia.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

EXPERIÊNCIAS NO TERRITÓRIO SOBRE A FORMAÇÃO DE UMA POLÍTICA DO NÚCLEO DE FRONTEIRA DE SANTA CATARINA: O CASO DO CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL DA FRONTEIRA¹

Flávio Berté²



Fonte: Equipe Fronteiras Ipea.

É uma grande satisfação podermos estar contribuindo aqui e conhecendo novas realidades da fronteira do Rio Grande do Sul com o Uruguai e a Argentina. Sou profissional de carreira do estado de Santa Catarina, saindo do terceiro mandato consecutivo em 2016. Tivemos uma experiência pelo Legislativo

1. DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/ISBN978-65-5635-007-3cap9>

2. Coordenador do Núcleo Estadual de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina. A apresentação pode ser vista por meio do *link*: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/livros/apresentacoes/07_oficina_arco_sul_livro_5_apresentacao_flavio_berte_v_23_nov_2017.pptx>.

e pelo Executivo na sequência dos mandatos, preparamos um trabalho, e atualmente atuo à disposição da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina (Alesc) – aliás, agradeço à Alesc por me oportunizar a disponibilidade de ficar trabalhando nos municípios da faixa de fronteira catarinense. Eu tinha preparado uma apresentação para socializar algumas experiências ligadas à questão do território, sobre a formação de uma política do Núcleo Estadual de Integração da Faixa de Fronteira do Estado de Santa Catarina, da experiência prática do consórcio intermunicipal da fronteira, que é uma organização tirada dos municípios da fronteira, e da forma como nós poderíamos viabilizar alguns empreendimentos que estão em andamento ou sendo executados nesse território na nossa parte da fronteira.

A questão da faixa de fronteira é uma oportunidade excelente para nós que estamos no território de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina). Essa política, de fato, deu um diferente olhar para esse novo território, e os arcos simbolizados possibilitam a oportunidade de projetos importantes. A partir da definição de políticas públicas para a faixa de fronteira e da mudança da legislação, nós conseguimos oportunidades para o território, específico na nossa tríplice fronteira, e agora estamos avançando em projetos para a faixa de fronteira também ali no grande oeste.

Nós, de Santa Catarina, temos na faixa de fronteira 82 municípios divididos em onze agências de desenvolvimento regional, que antes eram vinculadas à Secretaria de Estado de Desenvolvimento Regional. Agora, nós tivemos a oportunidade de trabalhar essa busca por integração. O curioso é que a nossa faixa de fronteira é subordinada à Secretaria de Estado de Planejamento, e eu atuo na subcoordenação local do núcleo, na região da faixa de fronteira.

Nosso núcleo tem as câmaras temáticas bem atuantes e interativas nos processos integrados transfronteiriços, principalmente com reuniões ordinárias. Realizamos a última agora em novembro de 2017, com a participação de 190 representações de toda a faixa de fronteira, para fazer a avaliação das ações que estão sendo encaminhadas durante essas câmaras. Tal ação transcende a faixa de fronteira. Nós convivíamos em um território bonito, mas que vivia historicamente distante, e tivemos aí uma característica única da fronteira, em que se pode, sem sair do lugar, estar em dois países, no Brasil e na Argentina, em três estados, Santa Catarina, Paraná e a província de Misiones, e em três municípios, Dionísio Cerqueira, Barracão e Bernardo de Irigoyen (figura 1) – três pontos urbanos se cruzando em um único ponto. Então, é um espaço altamente promissor, em que a própria geografia nos oportuniza e nos simboliza a integração, onde a Argentina faz parte do Brasil e o Brasil faz parte da Argentina de maneira integrada.

FIGURA 1

Cidades trigêmeas: Dionísio Cerqueira (Santa Catarina), Barracão (Paraná) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina)



Fonte: Google.

Elaboração do autor.

Obs.: Figura cujos leiaute e textos não puderam ser padronizados e revisados em virtude das condições técnicas dos originais (nota do Editorial).

Esse território fez com que, durante muito tempo, tivéssemos três mandatos; tivemos a oportunidade de acoplar os dois últimos, quando fui vice-prefeito, e definimos que teríamos que achar uma política para empregar. A partir de 2005, com a rede de consórcios públicos no Brasil, instrumentalizamos a possibilidade de criar um consórcio visando unir forças para desenvolver esse território. Para isso, porém, tínhamos que avançar no processo, primeiramente na definição da vontade política, feita pelo setor público – assim, precisaríamos desenvolver a capacitação e a aprovação da liderança.

Sem essa ferramenta, não conseguiríamos transformar esse processo. Para tanto, tivemos uma experiência importante, trabalhando o líder em parceria com o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), em que desenvolvemos a capacitação dos setores públicos com a participação dos prefeitos desse território todo de Santa Catarina, de Dionísio Cerqueira até Itapiranga; e no Paraná, até Capanema. Do lado da Argentina, Bernardo de Irigoyen e São Pedro. Houve a participação de prefeitos, secretários municipais, representantes do setor público e da iniciativa privada, associações comerciais, comerciantes, empresários e terceiro setor, como organizações não governamentais (ONGs), entidades governamentais e associações durante as oito etapas de formação, distribuídas em regiões diferenciadas:

Dionísio Cerqueira, São Miguel, Itapiranga, Barracão, Santo Antônio do Sudoeste, Capanema e Bernardo de Irigoyen.

Ao final dessas oito etapas de formação do consórcio, construiu-se uma proposta para esse território. O plano nasceu naturalmente dessa discussão, a partir da assinatura de um termo de compromisso firmado pelos prefeitos que fizeram parte da formação, junto com o seu secretariado e com toda a equipe. Essa proposta surgiu focada em quatro eixos – educação, turismo, agroecologia e produto local –, com ações de curto, médio e longo prazos, ou seja, cinco, dez, e quinze a vinte anos para execução.

Temos inúmeras experiências em andamento em todas as áreas. Eu trouxe algumas, pois acredito serem importantes pela conexão transfronteiriça que temos nesse processo. Tal foi a força que o consórcio³ ganhou pela unidade e pela participação, dos três setores, que conseguiu mobilizar inteiramente grandes entidades e reunir diversos dirigentes, como o diretor-presidente do Sebrae nacional e governadores de Misiones, Santa Catarina e Paraná, com uma agenda em Dionísio Cerqueira. Era uma dificuldade tremenda, mas a participação de todos os segmentos propiciou essa ação. Nesse evento, fizemos a apresentação do líder e uma proposta surgiu a partir do planejamento de turismo, que é o Parque Turístico Ambiental de Integração, voltado a transformar um ambiente degradado, com ocupação irregular, em um ambiente adequado, bonito, para ser utilizado pelas pessoas.

Nesse evento, nós, que estávamos na organização, fomos os únicos a acreditar que isso seria possível – quando terminou, as pessoas disseram: “Não, não é possível, isso não vai dar certo”. Então, apresentamos essa proposta do projeto do parque, cuja obra foi iniciada em 2012, e foram investidos cerca de R\$ 25 milhões, com recursos dos governos federal e dos estados de Santa Catarina, Paraná e Misiones. Trabalhando com toda a sensibilização e a organização do projeto, junto com arquiteto, engenheiro, brasileiros e argentinos, construímos essa possibilidade em um termo de compromisso firmado pelos governadores. Em seguida, vieram as eleições, os governos mudaram, e tivemos que fazer uma retomada para que as ações de agenda integrada fossem expostas aos novos governadores. Apresentamos toda a retomada do processo para que essas ações fossem garantidas e propusemos a assinatura de um protocolo de intenções, firmado por todos os governadores, para que pudéssemos dar continuidade às iniciativas inerentes da faixa de fronteira.

A partir disso, tratamos de outros pontos importantes, e eu gostaria de destacar o do novo hospital municipal de Dionísio Cerqueira, pois a saúde pública é o mesmo problema do norte ao sul. Essa dificuldade nós também temos, mas já conseguimos viabilizar, graças à política nacional do pacto da fronteira, a inclusão do custeio da saúde pública para hospitais novos. Temos, no entanto, um desafio

3. Refere-se ao Consórcio Intermunicipal da Fronteira (CIF), que une os municípios de Dionísio Cerqueira (Santa Catarina), Barracão (Paraná), Bom Jesus do Sul (Paraná) e Bernardo de Irigoyen (Misiones, Argentina).

grande: a portaria ministerial, a qual precisaria ser específica para os hospitais em área fronteiriça. Esse é outro desafio e outra agenda de trabalho que ainda vai ter que ser retomada. Foram investidos, porém, R\$ 100 milhões, e agora o Sistema Único de Saúde (SUS) atende, 24 horas, cidadãos de Barracão, Bernardo Irigoyen e Bom Jesus do Sul.

A educação é importantíssima, porque sem a sua transformação não vamos conseguir avançar no processo de desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. Por isso, as escolas bilíngues da fronteira têm tido o papel fundamental de transformar o conceito de língua estrangeira para que o brasileiro tenha o espanhol como segunda língua e o argentino tenha o português como segunda língua. Isso é um problema que tem sua dificuldade de andamento, pela sua concepção, mas é um grande desafio que nós, atores locais, precisamos superar junto à governança, para que o processo continue acontecendo.

Gostaria de destacar o importante projeto urbanístico integrado, a fim de facilitar a visualização das divisas dos municípios da trifronteira aos turistas que visitam a região. Na primeira etapa, revitalizamos esses espaços, que já estão asfaltados; a outra etapa agora é integrar as partes das centrais públicas de Dionísio Cerqueira até o parque do Barracão, e do parque de Bom Jesus até o parque de Bernardo de Irigoyen. Para isso, recebemos, em 2016, 140 engenheiros e arquitetos para consolidar um projeto executivo de alunos acadêmicos do Brasil e da Argentina para apresentarmos aos conselhos públicos do Rio Grande do Sul. Então, algumas etapas desse projeto já estão sendo finalizadas, e várias ações foram tiradas de campo e estão mostrando resultado – uma delas com premiações e pactuações desse processo, com apresentações do plano de educação e estratégia integrada na fronteira em Buenos Aires. Para nós, foi um exemplo de trabalho.

Destaco, também, a nova Aduana Integrada de Cargas Brasil-Argentina, que é importante no processo de contextualização da fronteira, porque o Brasil, no acordo binacional, é responsável por construir a aduana de cargas, e a Argentina, a aduana de turistas. O Brasil conseguiu configurar esse processo graças à nossa articulação do consórcio, um investimento de R\$ 3 milhões, sendo uma moderna aduana de cargas integrada, mas que precisa avançar no maior desafio: o fluxo integrado de procedimentos (sistemas e dados). Ainda está longe disso, e perde para muitas outras aduanas aqui do Rio Grande do Sul nesse procedimento de integração – precisamos, portanto, avançar nessa tarefa. A única entrada formalizada dos países do Mercado Comum do Sul (Mercosul) direto para Santa Catarina e para a Argentina está em Dionísio Cerqueira. O outro ponto que está regulamentado é o de Paraíso (Santa Catarina) a San Pedro (Misiones, Argentina). Ainda assim, existe a Ponte Internacional Peperi-Guaçu, que foi financiada por empresários e ainda não foi validada pelo governo para estruturação e sinalização.

O CIF tem uma estrutura bem enxuta e muitos projetos integrados. Três se destacam: *i*) o das máquinas; *ii*) o dos serviços públicos; e *iii*) o da legislação que permita que as nossas máquinas passem a fronteira (experiência positiva). Essa experiência se potencializou porque já havia ocorrido um problema com o prefeito. Quando ele passava para o outro lado da rua com a máquina, a oposição registrava em foto, e isso se agudizou, tornou-se um problema. Atualmente, graças ao consórcio e à política de consórcio público estabelecida no Brasil, conseguimos fazer trabalhos integrados, definidos dentro do plano estratégico, para atender a essas demandas. Essas demandas, porém, não são descontextualizadas, uma vez que fazem parte do desenvolvimento econômico daquela região, passando pela nossa iniciativa. Dessa maneira, temos a motivação de poder interagir, e esses resultados só acontecem quando há integração dos setores, não um trabalho isolado do consórcio.

Outro trabalho que faz parte dessa parceria é o do grupo Bloco Regional de Intendentes, Prefeitos e Alcaldes do Mercosul (Bripam), o qual mudou a sua denominação com a agenda de Buenos Aires, para ser a entidade 31, tornando-se o Bloco de Intendentes, Prefeitos, Alcaldes e Empresários do Mercosul (Bripaem), com uma personalidade única, internacional, tendo uma força muito grande e possibilitando um conjunto de ações de integração, principalmente com a Argentina. O bloco, por sua vez, também atua em outros países. Para mostrar o resultado desse trabalho integrado, que é a comissão transfronteiriça, trago como exemplo uma demanda de Santa Catarina, de uma necessidade específica de produção do grande oeste catarinense, usando uma fala do presidente de uma importante empresa, de que “somente uma ferrovia impedirá a migração da agroindústria catarinense”. A falta de alternativas de transporte de milho vem dificultando o abastecimento da cadeia produtiva de aves e suínos no estado.

Esse fato foi importante para que nós trabalhássemos junto ao núcleo de fronteira, para abrir uma agenda positiva e viabilizar esse atendimento. Santa Catarina tem uma produção de milho de 3 milhões de toneladas ao ano e um consumo de 6 milhões, com um *deficit* grande de 3 milhões de toneladas ao ano. Por isso, precisa buscar outras regiões para poder garantir o crescimento e o atendimento do agronegócio, a fim de gerar emprego, oportunidades e renda a toda a cadeia produtiva regional e, também, estadual.

Para isso, criamos uma agenda de trabalho em março de 2017, em Bernardo de Irigoyen, com a presença dos secretários da área de fronteira catarinense, de Barracão, e da fronteira argentina, com a representação dos governadores de Itapúa (Paraguai) e Corrientes (Argentina), além dos prefeitos e atores locais de Santa Catarina. Assim, construímos uma proposta para poder viabilizá-la. Um conjunto de núcleos de faixa de fronteira seriam os atores para coordenar as etapas de criação de alternativas de transporte até a chegada da produção à região transfronteiriça. Formalizou-se uma carta de intenções para a criação do “corredor do milho”. O produto sairia

do Paraguai, passando pela Argentina, algo que o país não autorizava de forma alguma. Mas a Argentina acabou concedendo essa autorização, sensibilizada pela importância de se ter uma logística para aumentar a competitividade, já que esse produto vinha por Foz do Iguaçu; percorria 1.200 km, descendo o rio Paraná; e no Rio Grande do Sul voltava a subir, para chegar a Chapecó, sendo que estava a uma distância de 300 km da produção até o consumidor. A Associação dos Municípios do Oeste de Santa Catarina teve uma presença massiva em todos os eventos, a fim de garantir a vantagem política da formação da região.

Houve a assinatura da Ata de Chapecó, em julho de 2017, que acolheu o movimento para poder avançar no processo de estruturação, ampliação e internacionalização do aeroporto municipal de Chapecó. Foi criado um grupo de trabalho e fizemos um diagnóstico completo para conhecer qual seria o caminho que serviria ao transporte de pessoas e de veículos, em que caminhões de carga não seriam autorizados. Fizemos um acordo para viabilizar essa agenda. Assim, ficou tudo certo para o evento do início de setembro de 2017, porque nós, mesmo à frente dos órgãos da gestão, do compromisso, mesmo que às vezes tenhamos dificuldades, precisamos enfrentar para poder vencer e superar.

Fomos à posse do presidente da Câmara Departamental, com o intuito de sensibilizar o governador para a importância de manter essa agenda, fundamental para o Paraguai, a Argentina e o Brasil – particularmente, para o grande oeste de Santa Catarina. Além da dificuldade de relação, o governador achou difícil a viabilização porque estava sem equipe para iniciar o processo. Colocamo-nos à disposição em Santa Catarina para ajudar na realização do encontro em Encarnación, e lá mesmo ficou definida a data do evento, que ocorreu em 16 de setembro de 2017. Fizemos o encontro com a participação de todos os setores de Santa Catarina, Misiones e Itapúa, com o objetivo de sensibilizar o governo da Argentina para que autorizasse a passagem das cargas – em um primeiro momento, por meio de plataforma de balsas; em um segundo momento, com a construção de uma ponte. Saímos com êxito desse evento e fizemos trabalhos de sensibilização no governo, nas instituições, nos setores produtivo e de transformação, transporte e logística, e no turismo.

Foi um trabalho muito importante com as lideranças lá presentes, feito de forma coletiva. Ao final, concluímos a Carta de Ações de Encarnación, que traria toda a demanda de procedimentos e que, de fato, resultou na criação da concessão dos complexos de operação logística mundial em passos internacionais – Corredor Paraguai-Pacífico, Corredor de Importações à Bolívia do Porto de Buenos Aires e Rota do Milho Eldorado-Bernardo de Irigoyen. A Argentina autorizou esses três passos, isto é, atualmente, há uma concessão autorizada e as plataformas deverão operar em breve.

Quero abordar outro ponto que considero importante, que ouvimos muito nesses encontros, e que também se refere a essa região – se não houver vontade política (nosso maior desafio), nós vamos ter muita dificuldade. É preciso formação, capacitação e conhecimento, senão não vamos conseguir processar toda essa ferramenta. É necessário ter atitude dentro daquilo que foi discutido, construído, debatido. Um fator importante para o sucesso é o abandono das vaidades pessoais e políticas – e isso é o mais difícil. Às vezes, e eu trabalho na integração, até nós mesmos ficamos com esse sentimento, porque todo mundo que trabalha quer valorização. E às vezes este é o principal desafio: despir-se das vaidades, com o compromisso de transformar o lugar de trabalho em um lugar melhor para se viver, e essa transformação exige algumas ferramentas.

A fim de socializar algo que não é novo, mas é um recurso importante, que nos garantirá todo aquele projeto de infraestrutura que vai de Bernardo de Irigoyen até os parques de Dionísio Cerqueira e Barracão, eu trouxe para a apresentação o Fundo para a Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM).⁴ É uma estrutura nova, que estabelece a política de criar rumos para equilibrar o desenvolvimento social e econômico dos países do Mercosul, e possui um aporte financeiro instituído de US\$ 127 milhões ao ano, em contribuições voluntárias dos Estados-partes e recursos de terceiros países e organismos internacionais. Desse aporte estabelecido, o Brasil contribui com 70% do valor; a Argentina, com 27%; o Uruguai, com 2%; e o Paraguai, com 1%. A distribuição desses recursos, prevista para 2019, em programas e projetos, garante 39,3% ao Paraguai; 26,2% ao Uruguai; 11,5% ao Brasil; 11% à Argentina; e 9,5% à Venezuela.⁵ Essa é uma fonte de financiamento que pode fomentar algumas políticas e práticas integradas. O Brasil, por seu turno, aporta um valor alto e tem poucos projetos em execução; poderia potencializar outros. Além disso, temos uma ferramenta muito importante, a qual estamos usando para executar determinadas ações.

Um exemplo de projeto brasileiro considerado para esses recursos é a implantação da biblioteca da Universidade Federal da Integração Latino-Americana (Unila), que tem o objetivo de criar oportunidades que possam potencializar essas ações, principalmente aquelas voltadas a um território integrado. O Brasil participa de outros projetos por meio dessa fonte e conta com um ciclo de aprovação – nós trabalhamos toda essa temática para poder incluir as demandas do nosso consórcio, a fim de obter recursos do FOCEM. O processo começa em março de 2018, em Montevidéu, e o projeto que atender a essas demandas tem que observar as condições e normas que precisam ser estabelecidas e recebidas para que, de fato, os recursos

4. Mais detalhes disponíveis em: <<http://www.mercosul.gov.br/fundo-para-a-convergencia-estrutural-do-merc-sul-focem>>. Acesso em: 28 jun. 2019.

5. Decisão do Conselho do Mercado Comum (CMC) nº 41/2012.

sejam aportados. Há critérios para isso – uma sequência, uma formalidade – que devem ser atendidos e cultivados para que seja possível lidar com a demanda.

Os programas estruturais possuem características que vão ao encontro dos recursos que têm a escala de demanda, principalmente para o fortalecimento do turismo local e regional, que aqui é muito rico – o corredor de biodiversidade, por exemplo, é um excelente local para se conhecer (imagine o volume de turistas saindo dessa reunião, de fato 1 milhão de turistas ao ano). Se conseguíssemos potencializar 10% apenas dessa parte integrada em Uruguiana e Barra do Quaraí, por exemplo, esse processo de exploração da biodiversidade poderia ser uma grande ferramenta de potencialização do turismo local e também transfronteiriço. É importante a participação da sociedade em audiências públicas, com debates, muita presença, registro e catalogação, para que se formalizem as etapas de aprovação no processo.

A passagem de fronteira é, frequentemente, a nossa grande demanda, mas há também a energia e as rodovias – estas são o maior problema, pois estão todas sem conservação. O FOCEM tem um programa territorial consorciado para a região de fronteira, exclusivamente para projetos integrados transfronteiriços, que vai ao encontro de muitas ações que são desenvolvidas nessa região. Nós vamos estar, em dezembro de 2017, no Mercosul Cidadão, em Chapecó, que contará com a participação de Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai, para discutir e ampliar as políticas de integração (o evento é realizado pelo Mercosul). Um dos desafios, talvez, seria alinhar todas essas boas práticas de diversos setores a fim de atender à demanda. Conversando com o representante do Conselho de Desenvolvimento e Integração Sul (Codesul), pude entender que o órgão ainda não tinha a programação do Mercosul Cidadão – às vezes, existe um conjunto de agendas e elas não interagem. É importante, portanto, criar um mecanismo dentro do grupo das fronteiras que faça com que os setores que trabalham a integração transfronteiriça interajam, para que potencializem a atuação e para que todos os seus segmentos participem ativamente das experiências tratadas.

Para finalizar, destaco alguns desafios da integração transfronteiriça:

- transformação do limite e da divisa dos países onde as pessoas vivem;
- definição de agenda para o fortalecimento da vontade política para a faixa de fronteira;
- identidade unificada do Mercosul para o cidadão fronteiriço identificado dentro da estrutura da organização. Esse é um desafio muito grande (fazer com que essa política seja a mais necessária e seja incluída nas pautas), porque muitas falas são sobre economia, não sobre pessoas;
- implantação dos *free shops* nas cidades fronteiriças vinculadas, abrindo oportunidades; e

- definição de agenda de formação e capacitação de lideranças regionais da faixa de fronteira, com a participação dos governos e atores locais.

Gostaria de fechar a apresentação com um vídeo⁶ do trabalho que levou muita gente a fazer parte da vida pública, a ser político. A imagem da política está cada vez mais desgastada, mas ela é muito importante, necessária, pois é a forma de transformar, melhorar, mudar o marco civil e ajudar as pessoas. É isso que nos estimula e que auferir resultado à pesquisa, com a certeza de sensibilizar os arcos Norte, Central e Sul com grandes oportunidades, para que possamos ajudar a transformar cada vez mais a nossa fronteira. É um vídeo que evidencia essa transformação e mostra que é possível mudar a partir da vontade das pessoas, aproveitando os recursos que existem, e construir, ultrapassando todas as dificuldades. Esta é a minha contribuição para a oficina do Ipea. Agradeço, mais uma vez, a oportunidade de poder socializar tudo isso. Com certeza, temos muitos desafios e muito trabalho a ser feito na fronteira.

Bolívar Pêgo (Ipea – moderador)

Muito obrigado pela importante apresentação, Berté. Você nos traz a prática, os principais problemas da fronteira oeste de Santa Catarina e a forma como o consórcio atua para resolvê-los. Convido Argemiro Rocha, que fará uma apresentação sobre o Movimento Transfronteiriço de ONGs na tríplice fronteira.

6. Refere-se ao vídeo sobre o Parque Turístico Ambiental de Integração, com o destaque: "Nosso desafio e nossa missão sobre integração na fronteira é transformar as políticas capazes de mudar o conceito de limite em conceito de lugar onde vivem as pessoas".